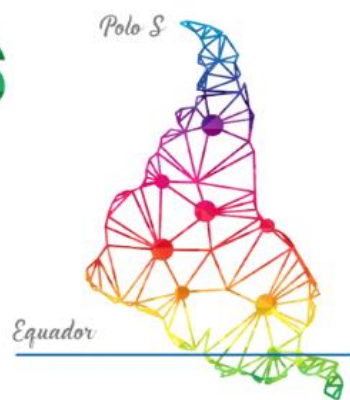




ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”



COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO EM FACE AO DESASTRE AMBIENTAL NA LAGOA DA CONCEIÇÃO: LIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESAFIOS NA GESTÃO AMBIENTAL

CO-PRODUCCIÓN DEL BIEN PÚBLICO ANTE EL DESASTRE AMBIENTAL EN LA LAGOA DA CONCEIÇÃO: LECCIONES DE LA PARTICIPACIÓN COMUNITARIA Y DESAFÍOS EM LA GESTIÓN AMBIENTAL

Marlon Kumpfer Nascimento, Universidade do Estado de Santa Catarina,
marlon.nascimento@edu.udesc.br

INTRODUÇÃO

O desastre ambiental ocorrido em janeiro de 2021 na servidão Manoel Luiz Duarte, na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, trouxe à tona uma combinação alarmante de ignorância e poluição ambiental, resultando em impactos significativos para a comunidade local e o ecossistema circundante (MAB, 2021). A negligência da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), responsável pela fiscalização da lagoa de evapoinfiltração (LEI) em uma área urbana e turística, foi evidenciada diante das denúncias sobre as precárias condições da estrutura (MATTE, et al., 2021).

O rompimento da LEI em janeiro de 2021 desencadeou uma enxurrada, provocando um delito, ao despejar efluentes tratados em larga escala na Lagoa da Conceição, afetando moradores do bairro e o meio ambiente. Esse incidente não apenas provocou danos ambientais às dunas e à água da lagoa, levando a CASAN a ser acusada de crime ambiental, evidenciando deficiências na governança e atuação da empresa, destacando a falta de transparência e responsabilidade (BORGES, 2021).

Diante deste cenário, este estudo propõe uma análise da coprodução do bem público, focando na resposta pós-acidente representada pelo Programa Trato Pela Lagoa. Criado por meio da colaboração entre a CASAN, Prefeitura de Florianópolis e a TEC Civil Construções, o programa tem como objetivo regularizar o saneamento básico na Lagoa da Conceição. Essa união de esforços resulta em sinergia, possibilitando alcançar resultados que seriam inatingíveis de maneira individual (SALM, 2014; ROCHA, et al., 2019).

Ao abordar a coprodução do bem público, este estudo destaca a participação da comunidade afetada no Programa Trato Pela Lagoa, levantando questões cruciais sobre a efetividade desse modelo. Salm (2014) pontua que a coprodução implica compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos para a produção de bens e serviços públicos. Para contextualizar essa análise, este trabalho também compara o Programa Trato Pela Lagoa com o Trato Pelo Capivari, realizado em outra região de Florianópolis, evidenciando diferenças na coprodução, transparência e desenvolvimento local.

A confiança, considerada como um elemento facilitador da governança e da accountability, juntamente com a definição da coprodução como o compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, privados e cidadãos (ROCHA, et al., 2021), são fundamentais para a análise proposta neste estudo. Assim, esta pesquisa visa contribuir para uma compreensão das dinâmicas envolvidas na gestão pública e coprodução do bem público em face de desafios ambientais significativos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem preponderantemente qualitativa com o propósito de compreender as implicações da implementação do Programa Trato Pela Lagoa na gestão ambiental. A abordagem metodológica é de natureza descritiva, visando analisar a resposta pós-acidente representada pelo programa e sua influência na coprodução do bem público no contexto ambiental.

A investigação envolve a análise de documentos, englobando artigos científicos e notícias, associados à implementação do programa e conceitos da coprodução do bem público. Essa análise documental busca fornecer uma compreensão das medidas tomadas em resposta ao desastre ocorrido.

CONTEXTO E DASAFIOS: NEGLIGÊNCIA E DESASTRE AMBIENTAL NA LAGOA DA CONCEIÇÃO

O Programa Trato Pela Lagoa surge como uma resposta pós-acidente diante da negligência da CASAN e do desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição, em janeiro de 2021. A CASAN, responsável pela gestão da lagoa de evapoinfiltração na Lagoa da Conceição, demonstrou abandono significativo antes do desastre ambiental ocorrido, evidenciado por denúncias sobre as precárias condições da estrutura, que foram previamente reportadas.

Figura 1. Desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição, Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.



Fonte: ND Mais.

A falta de resposta proativa da CASAN às denúncias e a ausência de medidas preventivas antes do desastre destacam uma gestão deficiente por parte da empresa. Esta negligência não apenas contribui para os impactos ambientais significativos na Lagoa da Conceição, mas também expõe deficiências na governança e atuação da CASAN, enfatizando a falta de transparência e responsabilidade no cumprimento de sua função crucial na preservação ambiental.

A resposta pós-acidente representada pelo Trato Pela Lagoa destaca a necessidade de medidas corretivas e preventivas após a negligência da CASAN. A iniciativa não apenas busca solucionar os problemas emergenciais de saneamento, mas também promove uma governança mais democrática e responsiva. A participação ativa da comunidade torna-se crucial, não apenas como parte da solução, mas também como um elemento fundamental para fortalecer a resiliência e sustentabilidade das ações implementadas.

Os resultados do Programa Trato Pela Lagoa destacam uma abordagem inovadora na gestão de crises ambientais, priorizando a coprodução do bem público e a participação ativa da comunidade. Este estudo destaca a centralidade da coprodução do bem público na governança local, ressaltando a colaboração entre o setor público, setor privado e a comunidade na produção de bens e serviços públicos (ROCHA, et al., 2021), exemplificando uma abordagem participativa, visando a regularização do saneamento básico na Lagoa da Conceição.

A análise revela que a comunidade, ativamente envolvida no processo, torna-se uma fonte valiosa de conhecimento local, contribuindo para políticas mais adequadas e eficazes (ROCHA, et al., 2021). O Trato Pela Lagoa evidencia uma tentativa significativa de integrar a perspectiva local, promovendo uma governança mais democrática e responsiva diante da crise ambiental.

Ao compará-lo com o Trato Pelo Capivari, programa da CASAN destinado a combater o esgoto irregular no Rio Capivari, no bairro dos Ingleses, em Florianópolis, destaca-se a relevância da participação comunitária na eficácia da coprodução. Enquanto a comunidade do Capivari, ciente de sua responsabilidade na preservação do rio, participou ativamente, alcançando resultados mais eficientes e transparentes, o programa na Lagoa da Conceição demonstrou uma participação reativa após o desastre, afetando a eficácia da coprodução.

A distinção mais notável entre esses dois projetos reside na transparência e no desenvolvimento local, que promovem uma ampla participação cidadã e engajamento individual, elementos cruciais para a accountability e responsabilidade dos envolvidos (ROCHA, et al., 2021). Ao consolidar a participação da comunidade desde antes da criação do programa, impulsionados pela preocupação com a situação do Rio Capivari, os residentes do bairro Ingleses desempenharam um papel significativo ao conscientizar-se de sua responsabilidade na poluição e ao demonstrar iniciativa no Trato Pelo Capivari. Isso resultou na execução das atividades propostas de maneira mais duradoura e precisa (TRATO PELO CAPIVARI, 2023).

Por outro lado, o Trato Pela Lagoa, implementado como resposta às necessidades locais após o acidente causado pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração, surgiu em um contexto em que as demandas da comunidade da Lagoa da Conceição eram previamente negligenciadas, visto que a responsabilidade era considerada exclusiva da companhia de saneamento (MAB, 2021).

Ao analisar como os cidadãos participaram em ambos os Tratos, observa-se a ausência de uma postura crítica por parte dos indivíduos antes do acidente a Lagoa da Conceição.

Apesar de alguns moradores terem solicitado fiscalização à CASAN, a responsabilidade pela poluição era majoritariamente atribuída à empresa, deixando de considerar seu papel enquanto comunidade.

CONCLUSÃO

A comparação com o Trato Pelo Capivari destaca a relevância da participação comunitária na eficácia da coprodução. Enquanto a comunidade do Capivari participou ativamente, alcançando resultados eficientes e transparentes, o programa na Lagoa da Conceição evidenciou uma participação mais reativa após o desastre, impactando negativamente a eficácia da coprodução.

A participação ativa da comunidade não apenas fortalece a legitimidade das ações governamentais, mas também contribui significativamente para políticas mais adequadas e eficazes. O Trato Pela Lagoa demonstra um esforço notável em integrar a perspectiva local, promovendo uma governança mais democrática e responsiva diante da crise ambiental. No entanto, a negligência da empresa, exemplificada pela CASAN, destaca lacunas preocupantes na fiscalização e responsabilidade corporativa, demandando uma revisão urgente nos protocolos de gestão.

Baseando-se em valores de solidariedade, a coprodução também emerge como uma alternativa para serviços de emergência e desenvolvimento local em situações que demandam ações coordenadas e respostas rápidas, lideradas pelo setor privado e sociedade civil organizada. Em determinadas circunstâncias, a coprodução demonstra eficácia na superação das barreiras estruturais que envolvem cidadãos e a comunidade.

A discussão sobre as lições aprendidas com o Trato Pela Lagoa destaca a importância da participação comunitária, transparência e integração de ações corretivas e preventivas. A comunidade local emergiu como um agente ativo na coprodução do bem público, evidenciando que a confiança e a colaboração são fundamentais para o sucesso de iniciativas dessa natureza. A transparência na divulgação de informações e a prestação de contas periódicas são cruciais para manter a confiança entre os envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Coprodução ambiental; Gestão Pública e Governança; Accountability; Crime ambiental.

REFERÊNCIAS

BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. Rompimento da barragem da Casan na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, completa 6 meses. ND Mais, 2021.

BORGES, C. CASAN é multada em R\$15 milhões por rompimento de lagoa em Florianópolis; UFSC alerta sobre riscos ambientais. G1, 2021.

CALDAS, J; CARDOSO, R. CASAN: há 2 anos, lagoa de tratamento de esgoto se rompeu e causou enxurrada em Florianópolis. G1, 2023.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO MAB SC. Fortes chuvas geram insegurança às famílias atingidas pelo rompimento da barragem da CASAN em Florianópolis. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2021.

MATTE, L.B; LAUSCHNER, M. H; CORREIA, B.L.G. **Desastre na Lagoa da Conceição: o que podemos aprender sobre governança e accountability?** Politeia, 2021.

ROCHA, A.C; SCHOMMER, P.C; DEBETIR, E; PINHEIRO, D.M. **Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa.** Caderno EBAPE.BR, 2021.

SALM, J.F. **Coprodução de Bens e Serviços Públicos.** Dicionário para a formação em gestão social, 2014.

TRATO PELA LAGOA. **Como funciona o Trato?** Florianópolis, 2024.

TRATO PELO CAPIVARI. **Saneamento.** Florianópolis, 2024.